

Balanco em 31 de dezembro de 2022

Rubrica	Notas	(em euros)	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		162.524,21	172.041,65
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outros créditos e ativos não correntes		1.384,07	1.085,41
Total ativo não corrente		163.908,28	173.127,06
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Diferimentos			
Outros ativos correntes		1.485,03	
Caixa e depósitos bancários		27.455,38	20.946,73
Total ativo corrente		28.940,41	20.946,73
Total ativo		192.848,69	194.073,79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		3.473,20	21.853,64
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		158.548,52	168.024,65
Resultado líquido do período		2.840,88	(2.294,53)
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total fundos patrimoniais		164.862,60	187.583,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		5.590,27	
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total passivo não corrente		5.590,27	
Passivo corrente			
Fornecedores		377,31	195,20
Estado e outros entes públicos		2.858,63	6.294,83
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes		19.159,88	
Total passivo corrente		22.395,82	6.490,03
Total passivo		27.986,09	6.490,03
Total fundos patrimoniais e passivo		192.848,69	194.073,79



 (Administração)



 (Contabilista Certificado)

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2022

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados		970,00	510,00
Subsídios, doações e legados à exploração		173.573,32	200.875,81
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(24.368,42)	(51.724,42)
Gastos com o pessoal		(144.438,77)	(149.269,18)
Ajustamento de Inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)		(5.590,27)	
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras Imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos		14.059,70	6.333,72
Outros gastos		(547,22)	(200,00)
Total resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		13.658,34	6.525,93
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(10.817,44)	(8.797,01)
Total resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		2.840,90	(2.271,08)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(0,02)	(23,45)
	Total resultado antes de impostos	2.840,88	(2.294,53)
Imposto sobre o rendimento do período			
	Total resultado líquido do período	2.840,88	(2.294,53)



 (Administração)

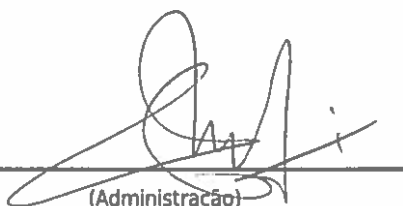


 (Contabilista Certificado)

Fluxos de Caixa de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(em euros)

Rubrica	Notas	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes		980,07
Pagamentos de subsídios		
Pagamentos de apoios		
Pagamentos de bolsas		
Pagamentos a fornecedores		(25.342,51)
Pagamentos ao pessoal		(96.736,91)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos		(41.750,82)
Recebimento de Entidades Públicas		170.023,00
Total fluxos de caixa das atividades operacionais		7.172,83
Fluxos de caixa das atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		(1.300,00)
Ativos Intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos Intangíveis		
Investimentos financeiros		439,46
Outros ativos		
Subsídios ao Investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Total fluxos de caixa das atividades de investimento		(860,54)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		300,00
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Reduções de fundos		(103,64)
Outras operações de financiamento		
Total fluxos de caixa das atividades de financiamento		196,36
Variação de caixa e seus equivalentes		6.508,65
Caixa e seus equivalentes no início do período		20.946,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período		27.455,38



(Administração)



(Contabilista Certificado)

Associação Centro Luís de Camões

Anexo

30 de março de 2023

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5	Ativos Fixos Tangíveis	16
6	Ativos Intangíveis.....	18
7	Locações.....	19
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	19
9	Inventários	20
10	Rédito.....	20
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	21
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	21
14	Imposto sobre o Rendimento	21
15	Benefícios dos empregados.....	21
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
17	Outras Informações	22
17.1	Investimentos Financeiros	22
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	22
17.3	Clientes e Utentes.....	22
17.4	Outras contas a receber.....	22
17.5	Diferimentos	23
17.6	Outros Ativos Financeiros.....	23
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	23
17.8	Fundos Patrimoniais	23
17.9	Fornecedores.....	23
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	24
17.11	Outras Contas a Pagar	24
17.12	Outros Passivos Financeiros	24
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	24

17.14 Fornecimentos e serviços externos	25
17.15 Outros rendimentos e ganhos	25
17.16 Outros gastos e perdas	25
17.17 Resultados Financeiros	26
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	26

1 Identificação da Entidade

A "Centro Cultural e Desportivo Luis de Camões" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "associação de solidariedade social" com estatutos publicados no JORAM II Série nº 84, 30 de abril de 1998, com sede em Avenida Luis de Camões Bairro do Hospital - Bloco 14 Cave. Tem como objetivo através da realização de natureza recreativa, cultural, desportiva e social, o aproveitamento dos tempos livres, sem quaisquer fins lucrativos, da população do Bairro do Hospital e zonas envolventes da Freguesia de São Pedro.

Para realização dos seus objetivos a instituição propõe-se criar e manter:

- a) Animação recreativa, ocupação de tempos livres e atividade desportiva.
- b) Atividades de carater social nomeadamente apoio a crianças, jovens e idosos
- c) Atividade no âmbito do emprego e qualificação profissional nomeadamente sistemas de informação, cursos de formação e participação em programas de ocupação profissional
- d) Realização de conferências, exposições e outras atividades de carácter cultural

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	50 505,34
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	207809,63
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	207.809,63
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	258.314,97

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	-3115,29
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	-3.115,29

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis


Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos

diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da



respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

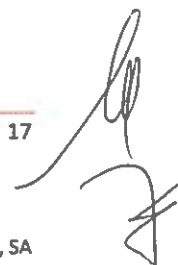
Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	276.799,00	14.934,00				291.733,00
Equipamento básico	52.480,53	11.020,50				63.501,03
Equipamento de transporte	31.063,72					31.063,72
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	65.225,72					65.225,72
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	425.568,97	25.954,50	0,00	0,00	0,00	451.523,47
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	138.081,50	5.128,96				143.210,46
Equipamento básico	40.332,64	2.627,83				42.960,47
Equipamento de transporte	31.063,72					31.063,72
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	61.206,95	1.040,22				62.247,17
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	270.684,81	8.797,01	0,00	0,00	0,00	279.481,82

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	291.733,00					291.733,00
Equipamento básico	63.501,03					63.501,03
Equipamento de transporte	31.063,72					31.063,72
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	65.225,72	1.300,00				66.525,72
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	451.523,47	1.300,00	0,00	0,00	0,00	452.823,47
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	143.210,46	6.995,71				150.206,17
Equipamento básico	42.960,47	2.745,40				45.705,87
Equipamento de transporte	31.063,72					31.063,72
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	62.247,17	1.076,33				63.323,50
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	279.481,82	10.817,44	0,00	0,00	0,00	290.299,26



6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	854,85					854,85
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	854,85	0,00	0,00	0,00	0,00	854,85
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	854,85					854,85
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	854,85	0,00	0,00	0,00	0,00	854,85

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	854,85					854,85
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00					0,00
Total	854,85	0,00	0,00	0,00	0,00	854,85
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	854,85					854,85
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00					0,00
Total	854,85	0,00	0,00	0,00	0,00	854,85

Descrição	2022			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

8 Custos de Empréstimos Obtidos

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				0,00			0,00
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	345,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	625,00	510,00
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	970,00	510,00

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período de 2022 a Entidade registou uma provisão por conta de devolução de Apoio do governo, o Social Ajuda+, no valor de 5.590,27€. Valor correspondente ao remanescente do apoio não utilizado no período de 2020.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
Apoios do Governo		
FEAS	-1.634,62	
Social Ajuda+	-5.590,27	
Total	-7.224,89	

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2022	2021
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos é de 5, não usufruindo de qualquer remuneração pelo desempenho das suas funções.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade no ano de 2022 foi de 10.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	118.082,04	122.148,00
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	600,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	23.592,90	25.547,95
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.980,83	1.443,56
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	183,00	129,67
Total	144.438,77	149.269,18

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	0,00	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	942,36	0,00
Outros Devedores	542,67	0,00
Total	1.485,03	0,00

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	153,14	480,98
Depósitos à ordem	27.302,24	20.465,75
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	27.455,38	20.946,73

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	21.853,64	2.188,50	20.568,94	3.473,20
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	168.024,65	0,00	9.476,13	158.548,52
Total	189.878,29	2.188,50	30.045,07	162.021,72

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	377,31	195,20
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	377,31	195,20

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	492,00	1.040,00
Segurança Social	2.337,82	5.254,83
Outros Impostos e Taxas	28,81	0,00
Total	2.858,63	6.294,83

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	17.525,26	0,00	0,00
Outros credores	0,00	1.634,62	0,00	0,00
Total	0,00	19.159,88	0,00	0,00

17.12 Outros Passivos Financeiros**17.13 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	173.573,32	180.597,10
Subsídios de outras entidades	1.802,74	11.387,44
Doações e heranças	2.138,78	8.891,27
Legados	0,00	0,00
Total	177.514,84	200.875,81

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	210,00	0,00
Serviços especializados	6.601,67	8.598,67
Materiais	9.959,95	6.651,97
Energia e fluidos	3.539,31	2.626,35
Deslocações, estadas e transportes	400,59	10,50
Serviços diversos	3.656,90	33.836,93
Total	24.368,42	51.724,42

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	0,00	101,91
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	105,11	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13.954,59	6.231,81
Total	14.059,70	6.333,72

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	43,33	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	503,89	200,00
Total	547,22	200,00

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,02	23,45
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,02	23,45
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-0,02	-23,45

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

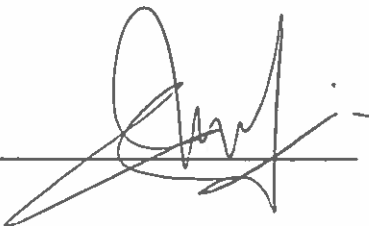
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas Direção em 30/03/2023.

Funchal, 30 de março de 2023

A Direção



O Contabilista Certificado



ATAS

Ata nº15 (quinze)

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e trinta minutos, realizou-se na Avenida Luís de Camões bloco 12 R/C a Assembleia Geral da associação Centro Luís de Camões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Apresentação do relatório de atividades e contas do ano 2022; -----
2. Parecer do conselho fiscal sobre o relatório de atividades e contas do ano 2022;
3. Apreciação e votação do relatório de atividades e contas do ano 2022; -----
4. Outros assuntos de interesse geral. -----

A assembleia geral foi presidida pela presidente da mesa assembleia geral, Maria Graça Fernandes Correia. Compareceram à assembleia geral doze sócios. A presidente da mesa da assembleia começou por dar as boas vindas a todos os sócios e avançou para o primeiro ponto da ordem de trabalhos. Assim, passou a palavra à secretária da direção Rubina Camacho de Barros, que apresentou o relatório de contas da valência centro comunitário "Jardins dos Ilhéus", esta valência tem uma receita total de noventa e dois mil euros e novecentos euros (92.900.00€) e uma despesa total oitenta e nove mil e quinhentos euros (89.500.00€), o que representa um saldo positivo de três mil trezentos e quarenta e um euro e cinquenta e nove centésimos (3.341,59€). A receita provém, maioritariamente, do Instituto de Segurança Social da Madeira, no valor de setenta e sete mil e seiscentos euros (77,6000.00), da Câmara Municipal do Funchal no total de seis mil euros (6.000,00€) e da Junta de Freguesia de São Pedro no montante de quinhentos euros (500.00€). O restante valor arrecadado corresponde a donativos cerca de quatro mil euros (4.000,00€), do Instituto de Emprego da Madeira o valor de quatro mil e quatrocentos euros (4.400,00€) relativo a programa de emprego, oitenta euros (80.00€) em quotas e trezentos e quarenta e cinco euros (345.00€) em Feiras. -----

Relativamente ao ano transato observa-se um aumento das receitas desta valência, provenientes do Instituto de Segurança Social da Madeira e da Camara Municipal do Funchal, no entanto verificou-se uma ligeira quebra nos donativos, bem como o fim de alguns programas de apoio durante o período pandémico. -----

Em termos de gastos, a maior fatia é referente a gastos com pessoal, no valor de setenta e dois mil e trezentos euros (72.300,00€). Cerca de quinze mil euros (15.000,00€) em despesas gerais, dentro dos mesmos valores que no ano anterior. Relativo ao apoio Social Ajuda+, que vigorou durante 2020 e 2021, é previsível que haja lugar a devolução de perto de cinco mil e seiscentos euros (5.600,00€), pelo que se registou uma provisão desse valor. -----

Em seguida a secretária da direção passou a apresentar as contas da valência centro de convívio de São Pedro, este centro apresenta um resultado positivo de mil e quatrocentos euros (1.400,00€), com uma receita global de setenta e dois mil e cem euros (72.100,00 €) e uma despesa de setenta mil e setecentos euros (70.700.00€), a receita provém do Centro de Segurança Social da Madeira. -----

Do lado da despesa, à semelhança do Centro Comunitário Jardim dos Ilhéus, o maior gasto são recursos humanos que absorve cerca de noventa e três por cento do total da despesa. -----

Relativamente ao ano anterior, observamos uma variação positiva, no resultado global da valência. -----

ATAS

A Valência SAS -Serviço de Apoio Social, cujo centro foi criado em 2016 para registar os movimentos (receitas e despesas) com o apoio social dado aos residentes do Porto Santo que têm de se deslocar ao Funchal para algum tratamento/consulta hospitalar. -----

O protocolo assinado entre o Centro Luís de Camões e a Secretaria Regional da Inclusão e Cidadania, registou a manutenção do orçamento no valor de nove mil e quinhentos euros (9,500.00€) para 2022, tendo se apurado um resultado do período negativo no valor de mil e novecentos euros. As despesas tidas com esta valência são essencialmente gastos com refeições na ordem dos quatro mil euros, com manutenção, gastos com eletricidade, água, luz, limpeza e transporte num total na ordem dos mil trezentos e cinquenta euros (1.350.00 €). Acresce ainda o valor de seis mil euros referente a gastos com pessoal referente às horas de trabalho imputadas a esta valência. Adicionamento ainda dos gastos com amortizações do exercício. -----

Em dois mil e vinte e dois as transferências do Instituto de Segurança Social e Outras Entidades Públicas (Instituto de Emprego da Madeira, Secretaria da Inclusão Social e Cidadania, da Câmara Municipal do Funchal e da Junta de Freguesia) cobrem cerca de noventa e quatro por cento do total das despesas do exercício (excluído o valor imputado às amortizações do exercício). Com os esforços na angariação de outras formas de receitas como os donativos de privados e com as poupanças conseguidas ao longo de 2022, o Centro Luís de Camões conseguiu registar uma melhoria nos resultados em relação a 2021.-----

Numa análise global ao orçamento, verificamos que a Instituição teve uma execução orçamental em 2022 na ordem dos cento e setenta e cinco mil euros (175.000,00€) e apresentou um resultado operacional positivo de dois mil e oitocentos e quarenta euros e oitenta e oito cêntimos (2.840,88€).

Para finalizar, importa referir que o saldo de caixa e depósitos bancários, a 31 de dezembro de 2022, era de vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos (27.455,38€). -----

Posteriormente a secretária da direção Rubina Camacho de Barros em conjunto com a Assistente Social da Instituição Filipa Mendes apresentou o relatório de atividades de dois mil e vinte e dois do centro comunitário "Jardim dos Ilhéus", do centro de convívio de São Pedro e do SAS (serviço de apoio social), referindo o número de utentes apoiados nas três valências da instituição, assim como as várias respostas sociais, projetos e atividades desenvolvidas nas diversas áreas de intervenção, e que constam do relatório de atividades.-----

Em seguida a presidente da mesa da assembleia geral passou ao ponto dois da ordem de trabalhos, passando a palavra ao presidente do conselho fiscal Joel Nóbrega Basílio, que referiu que a deliberação tomada na reunião havida a vinte e quatro de março daquele órgão, conforme ata em anexo, eram no sentido favorável à aprovação do relatório de contas. Assim e após debate foi colocada à votação pela presidente da mesa da assembleia geral o relatório de atividade e relatório de contas do ano dois mil e vinte e dois, do centro de convívio, do centro comunitário e do SAS-serviço de apoio social, tendo sido aprovado por unanimidade pelos sócios presentes. -----

Em seguida, a presidente da mesa da assembleia geral passou a palavra ao presidente da direção, Mário Aguiar, que agradeceu a presença dos sócios e referiu que a direção continua dedicada em trabalhar cada vez mais e melhor para persecução dos objetivos

64

ATAS

Folha

31

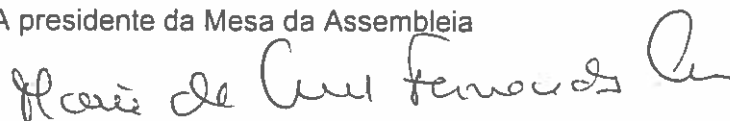
Nº do livro

1

da associação, saudando o excelente trabalho da equipa de colaboradores e voluntários da associação, durante o ano 2022. -----

Retomou a palavra a presidente da mesa da assembleia geral que após verificar que mais nenhum sócio pretendia pedir a palavra e sem mais nenhum assunto a tratar, deu-se por encerrada a assembleia geral e lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada nos termos legais. -----

A presidente da Mesa da Assembleia



Maria Graça Fernandes Correia

Ata do Conselho Fiscal- nº16/2023

Data: 24 de março de 2023

Hora:18.00h

Local: Centro Luís de Camões (Sede)

Ordem de Trabalhos:

1. Apreciar e votar o relatório de contas referente ao ano 2022, comunicado pela direção da associação centro Luís de Camões.

Presenças:

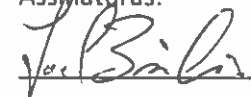
Joel Basílio (Presidente), Anabela Freitas (Relator) e Liliana da Silva (Secretária)


Deliberações:

O Conselho Fiscal aprovou por unanimidade:

1. Relatório de contas e relatório de atividades 2022 das valências Centro de convívio, Centro Comunitário e SAS (Serviço de Apoio Social).

Assinaturas:


Presidente


Relator


Secretaria